

ELEIÇÕES VIRTUAIS NO ANDES-SN: A QUE E A QUEM SERVE ESTE “NOVO NORMAL”

Os sindicatos existem para organizar a luta dos trabalhadores. A pauta de um sindicato deve estar a serviço do interesse coletivo da categoria que representa e não a serviço dos interesses políticos específicos dos grupos que disputam a sua hegemonia e direção.

O ANDES-SN, desde que foi fundado, em 1981, sempre teve a democracia de base e a autonomia como um dos seus pilares mais destacados e radicais. As pautas de luta de nosso sindicato – e, em particular, da SEDUFMSM – sempre foram construídas a partir dos problemas históricos vivenciados pela classe trabalhadora em nosso país. Foi o enfrentamento destes problemas (acesso à educação, emprego, terra, moradia e condições dignas de vida e trabalho) que permitiu uma aproximação orgânica do nosso sindicato e da SEDUFMSM com os movimentos sociais e populares e suas aspirações por um Brasil menos desigual. Essa opção nos permitiu sempre a construção de uma unidade de ação na diversidade de pensamentos, táticas e projetos políticos e, jamais a disputa política interna se sobrepôs à necessidade da organização da luta cotidiana, de enfrentamento dos problemas no local de trabalho, onde se move a classe trabalhadora.

Esta clareza na compreensão da sua trajetória e a firmeza na defesa intransigente dos seus princípios, permitiu ao ANDES-SN não apenas enfrentar de forma exitosa os planos de desmonte da universidade pública brasileira dos dois mandatos de FHC, mas, sobretudo, resistir ao processo de cooptação de sindicatos e movimentos sociais iniciado em 2003, com a eleição de Luiz Inácio

Lula da Silva. Esse processo de resistência levou o então governo de plantão a suspender, em 2004, o registro sindical do ANDES (recuperado em 2009), ao mesmo tempo que articulava nos gabinetes do MEC a criação do que ele desejava que fosse um sindicato “chapa branca”, o PROIFES. Essa intenção acabou se concretizando em 2008, por eleições INDIRETAS, realizadas via procurações, na sede da CUT em São Paulo. Ainda não satisfeito em tentar desconstruir e desmobilizar a luta dos servidores públicos, o mesmo governo, publica a Portaria 01/2008, que estabelecia que os repasses das contribuições voluntárias de servidores às entidades sindicais só poderiam ser feitas por aquelas instituições de classe que possuíssem declaração do seu registro sindical, o que significava um desastroso estrangulamento financeiro para os sindicatos, incluindo o ANDES. Por outro lado, o ANDES, perseverava na sua luta por autonomia e discutia, com as bases, a sua desfiliação da central sindical que havia ajudado a construir – a CUT –, que já não representava o interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras e sim da política governista da época.

Edmundo Fernandes Dias, falecido em 2013, e uma das mais destacadas lideranças que nosso sindicato já teve, assim se referiu, em uma entrevista em 2011, em relação ao importante momento de fortalecimento da democracia em nosso sindicato: *“Construímos a CUT em conjunto com o movimento sindical e vimos progressivamente a central abandonar suas propostas iniciais para transformar-se em um instrumento para eleger Luis Inácio. Transformações internas como uma centralização que passou pela ideia do sindicato orgânico que eliminava a democracia de base das entidades filiadas, centralizava as finanças e fazia com que as*

deliberações de congressos se tornassem obrigatórias sem que as assembleias das bases pudessem discutir. Tornou-se o Reino Unido dos Burocratas Sindicais. Automação, terceirização e medidas similares foram implementadas com anuência deles. Banco de horas, câmaras setoriais e outras medidas só puderam ser efetivadas graças à destruição dos direitos sociais e dos trabalhadores. As reformas da previdência (em especial a segunda já com Luis Inácio no Executivo) foram determinando maior exploração e opressão dos trabalhadores”.

Não reconhecendo o PROIFES como entidade de representação do conjunto dos docentes de instituições públicas de ensino superior nem a CUT como central sindical autônoma e democrática da classe trabalhadora no Brasil, o ANDES-SN foi um dos maiores sindicatos nacionais de trabalhadores e trabalhadoras a se levantar contra esta domesticação sindical da CUT. Após anos de debate e amadurecimento entendeu, em 2007, que era chegada a hora de participar, com outros sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, da construção de um outro instrumento nacional de luta e resistência, que fosse capaz de incorporar as diversas formas de organização da classe trabalhadora. Com esse objetivo aproxima-se da jovem e pequena Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), que se organizava desde 2004, e que havia se posicionado ao lado do ANDES na luta pela recuperação do registro sindical do nosso sindicato que aconteceu, como já dissemos, em 2009. No Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), ocorrido em 2010 na cidade de Santos (SP), o ANDES-SN, com várias entidades sindicais e movimentos populares organizados – dentre eles a Coordenação

Nacional de Lutas –, participa da fundação da Central Sindical e Popular – Conlutas à qual é filiado atualmente.

O fragoroso naufrágio do PROIFES foi provocado não só pela resistência dos professores e professoras de ensino superior deste país em se apassivar diante da estratégia conciliatória, como pelo fim do governo que o havia criado e o sustentava. Nesse mesmo caminho, o enfraquecimento da CUT foi proporcional à redução da democracia interna e à chancela dada às políticas governistas no período 2003-2016.

Mas todo esse processo deixou marcas profundas na organização da luta de toda a classe trabalhadora brasileira. Essa perda de combatividade, cobrou o seu preço no período pós-impeachment, com o visível esvaziamento das mobilizações e movimentos de rua. As reformas trabalhista e previdenciária protagonizadas por Temer e Bolsonaro não alcançaram a resistência sindical de outros períodos, e o resultado desse processo foi um aprofundamento ainda maior da crise brasileira e uma degradação cada vez mais grave das condições de trabalho.

Várias causas foram as responsáveis por manter o ANDES no caminho em defesa de um projeto de universidade pública, autônoma, de qualidade e socialmente referenciada, mas, seguramente, a garantia e o estímulo à democracia interna, sempre foi uma das principais. Neste particular, não podemos deixar de reconhecer que a forma e o tempo dos processos eleitorais para a eleição das diretorias são partes inseparáveis desta democracia: um processo que tem sempre início nos meses de janeiro-fevereiro, durante o Congresso anual do ANDES, com a aprovação do regimento eleitoral nacional e a inscrição das chapas que, desde este

momento, passam a apresentar e discutir suas propostas e diferenças na interpretação de como a luta deve ser conduzida nos anos seguintes. Parte fundamental e estruturante desse processo, até que se chegue à eleição que ocorre no mês de maio, é o debate que se faz com os sindicalizados e sindicalizadas de base, nos locais de trabalho, interpretando e problematizando, sempre numa articulação entre a escala local e nacional, as condições concretas de trabalho e as contradições da conjuntura.

A campanha eleitoral para o sindicato é sempre uma oportunidade de aproximação e troca entre os sindicalizados e sindicalizadas e aqueles e aquelas que pretendem estar à frente das suas lutas. É isso que sintetiza e fortalece a unidade do sindicato a cada dois anos, para além das atividades cotidianas da luta sindical.

Não há dúvidas de que o ano de 2020, graças ao confinamento desencadeado pela pandemia do novo Corona vírus, está sendo atípico em muitas questões. Mas se é certo que o “novo normal” nos impeliu a uma condição de trabalho e de relações que não poderíamos sequer imaginar até o início deste ano, também é certo que todas estas excepcionalidades estão contribuindo para aprofundar ainda mais a crise do Estado brasileiro e a exploração sobre os trabalhadores e trabalhadoras e a população pobre em nosso país. Demissões em massa, redução salarial, aumento da jornada de trabalho remoto e transferência de parte dos custos de produção aos trabalhadores e trabalhadoras (energia, internet, equipamentos remotos, etc.), são apenas alguns dos elementos que aumentam a pressão física e psicológica sobre os trabalhadores e trabalhadoras no Brasil e, muito especialmente, sobre os professores e professoras, já que a fragilidade da educação remota pressagia um

aumento da evasão escolar, do desinteresse e da perda de uma construção do pensamento crítico para as próximas gerações. Esse é o ponto sobre o qual nosso sindicato nacional deveria estar debruçado com toda a sua energia e capacidade de elaboração política neste momento, em que pese o custo político administrativo de uma prorrogação de mandato das atuais diretorias até que se retorne a uma condição de presencialidade plena.

Infelizmente, a base deste sindicato assiste de forma atônita uma reversão completa do foco da luta e, tal como se essa fosse a prioridade da conjuntura, uma avalanche eleitoreira toma conta dos espaços sindicais para forçar a realização de um processo eleitoral duvidoso politicamente e ilegal juridicamente (uma vez que nosso estatuto não permite eleições virtuais). Mais do que isso: em uma verdadeira investida da razão cínica, a Diretoria Nacional do ANDES, corroborada pelo coletivo cutista – o Renova Andes – que pretende retroceder nos rumos da luta, propõe o sofisma da expressão “eleição tele presencial”, na tentativa de driblar a barreira jurídica e “vender” um processo virtual como se fosse uma expressão do presencial. Como se o processo eleitoral fosse apenas uma técnica de deposição do voto na urna, e como se o conjunto dos mais de 70.000 professores e professoras das universidades deste país tivessem a condição e a estrutura de debater os rumos do sindicato em paralelo ao brutal enfrentamento que já estão realizando às investidas liberais e privatistas em plena pandemia.

O resultado que se obteve no 9º CONAD extraordinário é, no entender deste coletivo, a maior prova de insensatez e imprudência que a direção nacional deste sindicato já demonstrou. Sob a alegação de um processo eleitoral rápido, objetivo e “eficaz”, se

autoriza no sindicato aquilo que sempre se combateu: a virtualidade da política. A mediação tecnológica encaminha para processos que colocam em suspensão a democracia dentro do ANDES, por dificultar as formas de organização e diálogo. Ao que parece esse resultado e as pessoas responsáveis por ele parecem estar repetindo o que o PROIFES fez em 2008, ou seja, votar via procuração naquela época, não é tão diferente do que votar por uma tela hoje, pelo desrespeito não só ao nosso estatuto, algo por si só muito grave, mas pelo desrespeito às deliberações democráticas acontecidas ao longo da história do ANDES, um patrimônio moral e jurídico que sempre o diferenciou de tantos outros sindicatos oportunamente cooptados por governos e partidos. Portanto é fundamental que nos perguntemos a quem servia o PROIFES e a quem serve este processo? Claro está que para aqueles que entendem que o sindicato deverá desempenhar um papel estratégico na eleição presidencial de 2022, o imediatismo eleitoreiro se impõe. Todavia, devemos lembrar um outro importante ensinamento do companheiro Edmundo Fernandes: *“Para reverter esse quadro é preciso garantir a autonomia das organizações em relação ao patronato, ao estado, às crenças religiosas e acima de tudo aos partidos que dizem representá-lo. Unir partido e sindicato – a experiência internacional é rica sobre isso – levou ao desastre”*.

Coletivo Edmundo Fernandes por uma SEDUFMSM classista, autônoma, democrática e de luta!

Santa Maria, 08 de outubro de 2020.